



CIRCULAR 03/2009

NOVO CÓDIGO CONTRIBUTIVO DA SEGURANÇA SOCIAL

Lisboa, 26 de Novembro de 2009

Estimados clientes:

Foi publicada no dia 16 de Setembro último a Lei nº 110/2009, que aprova o novo Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, vulgo Código Contributivo da Segurança Social. Este novo código introduz profundas alterações e de tal forma importante que procuraremos, através deste trabalho, dar a conhecer e a compreender aos nossos clientes as implicações materiais das novas regras. Perante estes factos é importante que, todos disponibilizem o tempo necessário à sua leitura e compreensão.

Como habitual, este trabalho é feito para proporcionar um resumo da lei, não dispensando eventualmente a sua leitura integral nalgumas matérias. Naturalmente, estamos, como sempre, disponíveis, seja telefonicamente seja pessoalmente, para tirar quaisquer dúvidas.

Gostaríamos de salientar, antes de iniciar propriamente dito o trabalho, que esta nova lei, para além de agrupar numerosos diplomas avulsos, tem três áreas que achamos essencial destacar:

- Bases de Incidência;
- Taxas contributivas;
- Trabalhadores Independentes.

Vamos também referir alguns aspectos que, apesar de não serem novos, pela sua relevância, achamos por bem incluir neste trabalho, que face à transformação esperada no desempenho do funcionamento da segurança social, torna-se importante.

REGIME GERAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

ARTº 29º - Comunicação da admissão de trabalhadores

- Realizado pelas entidades empregadoras até ao fim da 1ª metade do período normal de trabalho diário, vulgo meio-dia;
- Declara-se o NISS, se o houver, e se o contrato é a termo ou sem termo;
- Na falta de incumprimento da comunicação, presume-se que a admissão ocorreu 6 meses antes da verificação do incumprimento;

- Se a obrigação for cumprida nas 24 horas seguintes ao termo de prazo é contra-ordenação leve, se depois, a contra-ordenação é grave;
- Se o incumprimento respeitar a trabalhadores a receber subsídio de doença ou de desemprego a contra-ordenação é muito grave.

ARTº 32 – Cessação, suspensão e alteração da modalidade do contrato de trabalho

- A entidade empregadora é obrigada a declarar à segurança social a cessação ou a suspensão do contrato de trabalho, assim como a alteração da modalidade do contrato de trabalho;
- Em caso de incumprimento, presume-se a manutenção da relação laboral, com obrigação contributiva.

ARTº 40 – Declaração de remunerações

- As entidades empregadoras (contribuintes) são obrigadas a declarar o valor das remunerações, os tempos de trabalho e a taxa contributiva aplicável, em relação a cada um dos seus trabalhadores;
- A entrega desta declaração é feita até ao dia 10 do mês seguinte (e já não até ao dia 15 como acontece agora);
- A omissão de um trabalhador é uma contra-ordenação muito grave.

ARTº 43 – Pagamento das contribuições e das quotizações

- O pagamento à segurança social é efectuado entre o dia 10 e o dia 20 do mês seguinte.

ARTº 46º - Delimitação da base de incidência contributiva

- Este artigo é de extrema importância e necessita de uma leitura atenta a todo ele; assim, anexa-se o texto integral deste artigo, bem como dos dois artigos seguintes – 47º e 48º;
- Sublinhamos a leitura das alíneas l), n), o), p), q), s), t), v), x), z), aa) do artº 46º;
- Despesas de representação, desde que predeterminadas, tem ajustamento progressivo (ver artº 277);
- Ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e análogas nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Abono para falhas nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Despesas com uso pessoal de automóvel, que gere encargos para o empregador nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Despesas de transporte suportadas pelo empregador para custear as deslocações em benefício dos trabalhadores nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo com direito a prestações de desemprego nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço do empregador nos mesmos termos do CIRS e tem ajustamento progressivo;
- Valores gastos pelo empregador em aplicações financeiras a favor do trabalhador (exº seguros de vida, PPR) quando resgatados/remidos/antecipados antes da passagem à reforma, com ajustamento progressivo;

- Prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa (exº gratificação de balanço/resultados) que revistam carácter estável, com ajustamento progressivo.

ARTº 48 – Valores excluídos da base de incidência

- Complemento de prestações (doença);
- Subsídios para compensação de encargos familiares;
- Subsídios eventuais para assistência médica e medicamentosa do trabalhador;
- Compensação por cessação do contrato de trabalho nos casos de despedimento colectivo, extinção do posto de trabalho ou por inadaptação (segundo alguns juristas insere-se aqui a compensação por caducidade de contrato, para alguns responsáveis da segurança social não!);
- Indemnização pela cessação antecipada do contrato a termo.

ARTº 53 – Valor da taxa contributiva global

- Taxa do regime geral global é de 34,75%, sendo 23,75% a encargo da entidade empregadora e 11% a encargo do trabalhador.

ARTº 55 – Adequação da taxa contributiva à modalidade de contrato de trabalho

- Uma das alterações mais significativas feitas neste código e, eventualmente mais grave em termos financeiros, dependendo do sector e da empresa em questão.
- Só entra em vigor em 1/Janeiro/2011;
- Nos contratos por tempo indeterminado a taxa é reduzida em 1% (um ponto percentual);
- Nos contratos a termo (certo ou incerto) a taxa é agravada em 3%, com excepção nos contratos a termo celebrados para substituição de trabalhador em gozo de licença de parentalidade ou de trabalhador com incapacidade temporária por doença, por um período igual ou superior a 90 dias;
- Se houver comunicação à Segurança Social, em duas declarações de remuneração seguidas, de um contrato sem termo, quando na realidade é a termo, converte o contrato, para todos os efeitos legais, em contrato sem termo;
- O benefício da redução da taxa depende da situação contributiva regularizada perante a segurança social e a administração fiscal (novidade quanto a esta última) – artº 59º.

REGIME DOS MEMBROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

ARTº 66º - Base de incidência contributiva

- Corresponde ao valor das remunerações efectivamente recebidas com o limite mínimo de 1 IAS (1 IAS= 419,22€) e o limite máximo de 12 IAS;

ARTº 68 – Remunerações especialmente abrangidas

- Gratificações atribuídas pelo exercício da gerência não imputáveis aos lucros.

ARTº 69º - Taxa contributiva

- Taxa do regime geral global é de 29,60%, sendo 20,30% a encargo da entidade empregadora e 9,30% a encargo do trabalhador;
- Atente-se aqui a redução da taxa actual de 31,25% para os 29,60%;
- Não se aplica o artº 55º (redução de 1% ou agravamento de 3%).

REGIME DE INCENTIVOS AO EMPREGO

ARTº 103 – Exigibilidade de contribuições

- A cessação de contrato de trabalho por iniciativa do empregador com base em despedimento sem justa causa, despedimento colectivo, despedimento por extinção de posto de trabalho ou por inadaptação torna exigíveis as contribuições relativas ao período durante o qual vigorou a dispensa, se essa cessação ocorrer dentro nos 24 meses seguintes ao termo do período de concessão da dispensa.

TRABALHADORES EM REGIME DE ACUMULAÇÃO

ARTº 129º - Âmbito pessoal

- Neste capítulo estão abrangidos os trabalhadores que acumulem trabalho por conta de outrém com actividade profissional independente para a mesma empresa ou agrupamento empresarial.

ARTº 130º - Base de incidência contributiva

- Corresponde ao montante ilíquido dos honorários.

ARTº 131º - Taxa contributiva

* Taxa geral “normal” de 34,75%.

REGIME DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

ARTº 133º - Categorias de trabalhadores abrangidos

- Entre outros, estão abrangidos neste regime, os sócios das sociedades de profissionais e os cônjuges dos trabalhadores independentes que com eles exerçam efectiva actividade profissional com carácter de regularidade e de permanência.

ARTº 137º - Trabalhadores abrangidos por diferentes regimes

* O exercício cumulativo de actividade independente e de outra actividade profissional abrangida por diferente regime obrigatório não afasta o enquadramento obrigatório no regime dos independentes, sem prejuízo do direito de isenção da obrigação contributiva (dito por outras palavras, é obrigado a enquadrar-se neste regime mas não tem de pagar pois já contribuiu por outra actividade de descontos obrigatórios).

ARTº 139º - Situações excluídas

- Advogados e solicitadores (no exercício da sua actividade profissional).

ARTº 140 – Entidades contratantes

- Grande novidade deste código, talvez a mais polémica e com efeitos negativos na economia;
- São as peçoas colectivas e as singulares com actividade empresarial que beneficiem da prestação de serviços por trabalhadores independentes – inclui recibos verdes e as facturas dos chamados empresários (a comunicação social esqueceu-se deles).

ARTº 141º - Âmbito material

- Deixa de haver os dois regimes, obrigatório e alargado, sendo que a cobertura de doença é de aplicação geral; a cobertura de desemprego continua a não estar prevista.

ARTº 145 – Produção de efeitos

- Sofre alterações tornando o tema mais complexo;
- Se for um início de actividade (1º enquadramento) só produz efeitos quando o rendimento relevante anual do trabalhador ultrapasse seis vezes o valor do IAS e após o percurso de pelo menos 12 meses;
- Se início de actividade após Setembro, produz efeitos a partir do 1º dia do 12º mês posterior;
- Nos restantes casos, no 1º dia do mês de Outubro do ano subsequente;
- Se reinício de actividade, o enquadramento produz efeitos no 1º dia do mês seguinte àquele reinício.

ARTº 146º - Produção de efeitos facultativa

- Mediante requerimento, o trabalhador independente pode enquadrar-se neste regime se o rendimento anual for igual ou inferior a seis vezes o valor do IAS ou se pretender uma data anterior à prevista.

ARTº 151º - Obrigação contributiva e
ARTº 152º/153º - Declaração de serviços prestados/adquiridos

- Trab. Independentes - duas obrigações: pagamento mensal de contribuições e envio de uma declaração anual dos serviços prestados (até 15 de Fevereiro);
- Entidades Contratantes – duas obrigações : envio trimestral de declaração de serviços adquiridos (até ao dia 10 do mês seguinte ao fim de cada trimestre) e pagamento das respectivas contribuições.

ARTº 155º - Pagamento de contribuições

- Os trabalhadores independentes têm de fazer o pagamento até ao dia 20 do mês seguinte;
- As entidades contratantes efectuem o pagamento reportado a cada trimestre e do dia 10 ao dia 20 do mês seguinte ao trimestre.

ARTº 157º - Isenção da obrigação de contribuir

- Os trabalhadores independentes estão isentos de contribuir quando acumulem actividade independente com actividade por conta de outrem ou sejam pensionistas de invalidez ou velhice;
- Relativamente à acumulação de actividade, têm de ser cumpridas algumas condições, designadamente, as duas actividades sejam prestadas a empresas distintas ou não pertencentes a empresas do mesmo grupo e o valor do desconto mensal seja igual ou superior a 1 IAS (419,22€).

ARTº 162º - Determinação do rendimento relevante

- O rendimento relevante do trabalhador independente é determinado da seguinte forma:
 - a) 70% do valor total da prestação de serviços no ano civil imediatamente anterior;
 - b) 20% dos rendimentos associados à produção e venda de bens no ano civil anterior;

ARTº 163º - Base de incidência contributiva dos trabalhadores independentes

- A base de incidência é o escalão de remuneração determinado pelo duodécimo do rendimento relevante (1/12);
- Seguidamente é convertido em percentagem do IAS, correspondendo ao escalão imediatamente inferior;
- Existem 11 escalões, que vão desde uma vez o IAS até 12 vezes o IAS;
- A base é fixada em Outubro, produzindo efeitos nos 12 meses seguintes.

ARTº 168º - Taxas contributivas

- Produtores ou comerciantes: 29,60%;

- Prestadores de serviços: 24,60%;
- Entidades contratantes que adquiram prestação de serviços: 5% (2,5% em 2010) sobre 70% do valor total do serviço prestado (artº 167º).

INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA

ARTº 187º - Prescrição da obrigação de pagamento à segurança social

- A obrigação do pagamento prescreve no prazo de cinco anos.

ARTº 198º - Retenções

- O Estado só concede subsídios ou efectua pagamentos superior a 5000€ a quem apresentar declaração comprovativa da segurança social;
- Quando houver dívidas o Estado retém o pagamento com o limite de 25%;
- A grande novidade prende-se com a banca que terá que efectuar o mesmo procedimento sempre que conceder financiamentos a médio e longo prazo (excepto aquisição habitação própria superior a 50.000€).

ARTº 209º - Responsabilidade solidária

- Outra grande novidade é no caso de trespasse, cessão de exploração ou de posição contratual, o cessionário responde solidariamente com o cedente pelas dívidas à segurança social;
- No momento da realização do registo de cessão de quota que signifique a alienação a novos sócios da maioria do capital, o respectivo acto é instruído com declaração comprovativa da situação contributiva da empresa.

ARTº 210º - Relatório da empresa

- O relatório anual das empresas deve indicar o valor da dívida vencida, assim como as condições do pagamento prestacional, caso exista.

CONTRA-ORDENAÇÕES

ARTº 232 – Classificação das contra-ordenações

- Para determinação da coima aplicável as contra-ordenações classificam-se em leves, graves e muito graves.

ARTº 233 – Montante das coimas

- Contra-ordenações leves: 50€ a 500€;
- Contra-ordenações graves: 300€ a 2.400€;
- Contra-ordenações muito graves: 1.250€ a 12.500€;
- Estes são os montantes mínimos e máximos para pessoas singulares, atente-se no facto que os limites são acrescidos em 50% ou 100% quando aplicados a pessoas colectivas com menos de 50 trabalhadores ou mais, respectivamente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTº 277º - Ajustamento progressivo da base de incidência contributiva

- O ajustamento da base contributiva já mencionado anteriormente (artº 46º) faz-se:
 - a) 33% do valor no ano de 2010;
 - b) 66% do valor no ano de 2011;
 - c) 100% do valor no ano de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tomarmos conhecimento desta nova lei percebemos que muitas práticas vão mudar, tanto para contribuintes, como para gabinetes de contabilidade e também para a própria Segurança Social. Da nossa parte estamos a investir em meios técnicos e humanos para dar resposta a estas novas solicitações. Contudo, nunca conseguiremos levar “o barco a bom porto” sem a colaboração do cliente. Neste sentido, deixamos, desde já claro, que os clientes terão o mais tardar até ao dia 5 do mês seguinte a cada trimestre a enviar-nos original, cópia ou relação dos serviços prestados por trabalhadores independentes para que possamos até ao dia 10 fazer a declaração para a Segurança Social. Compreenderão que só com a entre-ajuda conseguiremos cumprir um prazo tão apertado.

Este é um trabalho longo, realizado ao longo de muitas horas de estudo e planeamento mas, que consideramos de extrema importância dar a conhecer a todos os agentes económicos, sejam clientes da Saturno ou não. Torna-se ainda mais extenso pois incluímos muita matéria constante do novo Código Contributivo mas já em vigor actualmente, que, pela sua importância, decidimos incluir.

Sabemos de antemão a eventual e natural dificuldade de uma boa parte dos destinatários compreender estas matérias mas, após a sua leitura que achamos essencial, reiteramos que estamos ao dispor para qualquer esclarecimento.

Para além desta lei, aproveitamos para dar conhecimento que o T.O.C., no seguimento da alteração dos estatutos da CTOC para Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OROC), passa a ser também responsável pela supervisão do processamento de ordenados (a juntar às áreas contabilística e fiscal).

Por último, informamos que esta circular está disponível na área reservada dos clientes, no nosso site www.saturno.pt, assim como o texto integral da Lei nº 110º/2009.

Agradecemos a atenção dispensada e para qualquer esclarecimento sobre estes e outros assuntos façam o favor de nos contactar.

P.S. Após a elaboração deste trabalho, a Assembleia da República adiou a sua entrada em vigor mas não revogou nem alterou ainda nada. Daí a importância da sua leitura.



ANEXO À CIRCULAR 03/2009 – Transcrição integral dos artº 46, 47 e 48

Artigo 46.º Delimitação da base de incidência contributiva

1 - Para efeitos de delimitação da base de incidência contributiva consideram-se remunerações as prestações pecuniárias ou em espécie que nos termos do contrato de trabalho, das normas que o regem ou dos usos são devidas pelas entidades empregadoras aos trabalhadores como contrapartida do seu trabalho.

2 - Integram a base de incidência contributiva, designadamente, as seguintes prestações:

- a) A remuneração base, em dinheiro ou em espécie;
- b) As diuturnidades e outros valores estabelecidos em função da antiguidade dos trabalhadores ao serviço da respectiva entidade empregadora;
- c) As comissões, os bónus e outras prestações de natureza análoga;
- d) Os prémios de rendimento, de produtividade, de assiduidade, de cobrança, de condução, de economia e outros de natureza análoga que tenham carácter de regularidade;
- e) A remuneração pela prestação de trabalho suplementar;
- f) A remuneração por trabalho nocturno;
- g) A remuneração correspondente ao período de férias a que o trabalhador tenha direito;
- h) Os subsídios de Natal, de férias, de Páscoa e outros de natureza análoga;
- i) Os subsídios por penosidade, perigo ou outras condições especiais de prestação de trabalho;
- j) Os subsídios de compensação por isenção de horário de trabalho ou situações equiparadas;
- l) Os valores dos subsídios de refeição, quer sejam atribuídos em dinheiro, quer em títulos de refeição;
- m) Os subsídios de residência, de renda de casa e outros de natureza análoga, que tenham carácter de regularidade;
- n) Os valores atribuídos a título de despesas de representação desde que se encontrem predeterminados;
- o) As gratificações, pelo valor total atribuído, devidas por força do contrato ou das normas que o regem, ainda que a sua atribuição esteja condicionada aos bons serviços dos trabalhadores bem como as que revistam carácter de regularidade;
- p) As importâncias atribuídas a título de ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e outras equivalentes;
- q) Os abonos para falhas;
- r) Os montantes atribuídos aos trabalhadores a título de participação nos lucros da empresa, desde que ao trabalhador não esteja assegurada pelo contrato uma remuneração certa, variável ou mista adequada ao seu trabalho;
- s) As despesas resultantes da utilização pessoal pelo trabalhador de viatura automóvel que gere encargos para a entidade empregadora;

t) As despesas de transporte, pecuniárias ou não, suportadas pela entidade empregadora para custear as deslocações em benefício dos trabalhadores;

u) Os valores correspondentes às retribuições a cujo recebimento os trabalhadores não tenham direito em consequência de sanção disciplinar;

v) Compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo, nas situações com direito a prestações de desemprego;

x) Os valores despendidos obrigatória ou facultativamente pela entidade empregadora com aplicações financeiras, a favor dos trabalhadores, designadamente seguros do ramo «Vida», fundos de pensões e planos de poupança reforma ou quaisquer regimes complementares de segurança social, quando sejam objecto de resgate, adiantamento, remição ou qualquer outra forma de antecipação de correspondente disponibilidade ou em qualquer caso de recebimento de capital antes da data da passagem à situação de pensionista, ou fora dos condicionalismos legalmente definidos;

z) As importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade empregadora;

aa) As prestações relacionadas com o desempenho obtido pela empresa quando, quer no respectivo título atributivo quer pela sua atribuição regular e permanente, revistam carácter estável independentemente da variabilidade do seu montante.

3 - As prestações a que se referem as alíneas l), p), q), s), t), u), v) e z) do número anterior estão sujeitas a incidência contributiva, nos mesmos termos previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Artigo 47.º **Outras prestações base de incidência**

Integram ainda a base de incidência contributiva, além das prestações a que se refere o artigo anterior, todas as que sejam atribuídas ao trabalhador, com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie, directa ou indirectamente como contrapartida da prestação do trabalho quando ocorram os seguintes pressupostos:

a) A atribuição das mesmas se encontre prevista segundo critérios de objectividade, ainda que sujeita a condições;

b) Constituam um direito do trabalhador e este possa contar com o seu recebimento independentemente da frequência da concessão.

Artigo 48.º **Valores excluídos da base de incidência**

Não integram a base de incidência contributiva:

a) Os valores compensatórios pela não concessão de férias ou de dias de folga;

b) As importâncias atribuídas a título de complemento de prestações do regime geral de segurança social;

c) Os subsídios concedidos a trabalhadores para compensação de encargos familiares, nomeadamente os relativos à frequência de creches, jardins-de-infância, estabelecimentos de educação, lares de idosos e outros serviços ou estabelecimentos de apoio social;

d) Os subsídios eventuais destinados ao pagamento de despesas com assistência médica e medicamentosa do trabalhador e seus familiares;

e) Os valores correspondentes a subsídios de férias, de Natal e outros análogos relativos a bases de incidência convencionais;

f) Os valores das refeições tomadas pelos trabalhadores em refeitórios das respectivas entidades empregadoras;

g) As importâncias atribuídas ao trabalhador a título de indemnização, por força de declaração judicial da ilicitude do despedimento;

h) A compensação por cessação do contrato de trabalho no caso de despedimento colectivo, por extinção do posto de trabalho e por inadaptação;

i) A indemnização paga ao trabalhador pela cessação, antes de findo o prazo convencional, do contrato de trabalho a prazo;

j) As importâncias referentes ao desconto concedido aos trabalhadores na aquisição de acções da própria entidade empregadora ou de sociedades dos grupos empresariais da entidade empregadora.